

Pesquisas da pós-graduação brasileira: diálogos com a avaliação institucional na educação infantil¹

Brazilian graduate research: dialogues with institutional evaluation in early childhood education

Maria Nilceia de Andrade Vieira

Doutoranda na Universidade Federal do Espírito Santo. Pedagoga na rede Municipal de Ensino de Vitória. Professora da Faculdade Estácio de Sá em Vila Velha. Espírito Santo – ES – Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7723-6490>
nilceia_vilavelha@hotmail.com

Valdete Côco

Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora vinculada ao Departamento de Linguagens, Cultura e Educação e ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo – ES – Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5027-1306>
valdetecoco@hotmail.com

Resumo: Este texto problematiza a avaliação institucional na educação infantil diante dos desafios e possibilidades que a compõem e busca analisar essa ação avaliativa por diferentes perspectivas, articulando-a ao direito das crianças a uma educação de qualidade. Com princípios teórico-metodológicos bakhtinianos que concebem a formação humana constituída no contexto social de interação entre os sujeitos e seus enunciados, o estudo se propõe a dialogar com ideias que circulam em produções acadêmicas brasileiras. Caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório com produção de dados decorrente de levantamento bibliográfico de teses e dissertações defendidas no período de 2014 a 2017 e disponíveis no *site* da Capes. As análises indicam a necessidade de compreensão da avaliação institucional como evento complexo, enfatizando seu caráter coletivo, sua dimensão política e ainda sua interlocução com processos de formação inicial e continuada e seus impactos e repercussões no trabalho pedagógico na educação infantil.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Educação Infantil. Pesquisa.

Abstract: This paper problematizes the institutional evaluation in children's education in the face of the challenges and possibilities that compose it and seeks to analyze this evaluation from different perspectives, articulating it to the right of the children to a good quality education. With Bakhtinian theoretical and methodological principles that conceive the human formation constituted in the social context of interaction between the subjects and their utterances, the study proposes to dialogue with ideas that circulate in Brazilian academic productions. It is characterized by a qualitative and exploratory approach to data production resulting from a bibliographical survey of theses and dissertations defended in the period from 2014 to 2017 and available on the Capes website. The analysis indicates the need to understand the institutional evaluation as a complex event, emphasizing its collective character, its political dimension and its interlocution with initial and continuing training processes and its impacts and repercussions on the pedagogical work in early childhood education.

Keywords: Institutional Evaluation. Early childhood education. Research.



1 Iniciando o diálogo

Nas últimas décadas, a temática da avaliação vem sendo destacada em pesquisas teóricas e empíricas no campo da educação em interlocução com diferentes abordagens relacionadas à gestão, à qualidade, a exames com testes padronizados, à formação inicial e continuada. Com base em concepções bakhtinianas, valorizamos o contato com enunciados que nos antecedem, por acreditar que somos simultaneamente ouvintes e falantes e “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 272).

Participando dessa teia dialógica, com este artigo, nos propomos a dialogar com pesquisadores brasileiros sobre a avaliação institucional na educação infantil, articulando-a ao direito das crianças a uma educação de qualidade. Faz-se necessária a observância de que o diálogo aqui proposto compõe pesquisa de doutorado² em desenvolvimento que investiga as vivências formativas em contextos de participação no processo de avaliação institucional em um Centro Municipal de Educação Infantil do Espírito Santo.

Diante da disposição para problematizar a avaliação institucional e a formação docente na educação infantil, buscamos acompanhar as pesquisas em movimento no campo por acreditar que os sentidos das palavras se constituem no contexto social de interação entre os sujeitos e os seus enunciados (BAKHTIN, 2009). Nesse sentido, o contato com os textos produzidos por pesquisadores brasileiros nos instiga a dialogar com seus pontos de vista, nos impulsionando a assimilar outras ideias em composição com nossos princípios e concepções, ampliando nossa compreensão acerca da temática da avaliação institucional na educação infantil.

Nessa perspectiva, salientamos que toda e qualquer produção científica “realiza confrontos dialógicos (entre enunciados, opiniões, pontos de vista) entre enunciados de cientistas que não sabiam nem podiam saber nada uns sobre os outros. O aspecto comum da questão gera aqui relações dialógicas” (BAKHTIN, 2011, p. 331). Sendo assim, problematizamos as abordagens assumidas pela produção acadêmica da pós-graduação quanto à temática da avaliação institucional na educação infantil, indagando acerca dos propósitos definidos e os enfoques destacados nas investigações realizadas, bem como resultados e conclusões que enunciam esses pesquisadores.

Partindo dessas questões, organizamos o artigo em três movimentos. No primeiro movimento, após esta introdução, apresentamos o processo de levantamento dos trabalhos, detalhando as opções metodológicas da busca, indicando descritores e critérios utilizados. Na sequência, dialogamos com as ideias expressas pelos autores nas produções selecionadas, a partir de aproximações entre os trabalhos quanto aos seus objetivos e resultados, agrupados em três eixos de interlocução: a participação, a implementação e a formação em processos de avaliação institucional na educação infantil. No terceiro movimento, compartilhamos nossas reflexões destacando que as pesquisas sobre a avaliação institucional na educação infantil, embora não se apresentem com grande quantidade de trabalhos, demarcam uma diversidade de perspectivas acerca da complexidade desse processo. Nesse encadeamento, avançamos com o texto para a abordagem teórico-metodológica do estudo.

2 Percursos teórico-metodológicos da pesquisa

Diante dos inúmeros embates que circundam o percurso da educação brasileira, no campo da educação infantil diferentes enfrentamentos vêm repercutindo em avanços

nas políticas públicas (VIEIRA; CÔCO, 2018). Nesse cenário, o ato de desenvolver pesquisa em educação reúne um conjunto de desafios e, embora seja um ato singular, não se configura como solitário, visto que nossa formação como seres humanos só é possível em razão da interação com os outros que nos constituem (BAKHTIN, 2009; 2011). Sendo assim, buscamos em referenciais teórico-metodológicos bakhtinianos pressupostos que, do ponto de vista epistemológico, fundamentam o paradigma de investigação em Ciências Humanas como processo dialógico.

Considerando a necessidade de constante acompanhamento de nossa temática de estudos, assinalamos uma diversidade de abordagens direcionadas a distintas perspectivas, quais sejam: à visão mais ampla da avaliação educacional na educação básica (BARRETTO et al., 2001; CALDERÓN; BORGES, 2013; BORGES, 2016); à avaliação da aprendizagem (SOUSA, 1995; 1996; CALDERÓN; POLTRONIERI, 2013); à pesquisa do tipo estado da arte sobre a avaliação na/da educação infantil (GLAP, 2013; MORO; SOUZA, 2014); à política de avaliação da educação brasileira (MINHOTO, 2016). As interlocuções com essas produções indicam que, embora o quantitativo de trabalhos direcionados à avaliação na educação infantil venha apresentando um crescimento, quando se trata especialmente da avaliação institucional nesta etapa educacional, as pesquisas ainda são bem reduzidas.

Nesse conjunto, realçamos a análise da produção acadêmica de Moro e Souza (2014), contemplando, além da avaliação institucional na educação infantil, foco deste estudo, outras modalidades avaliativas. As autoras evidenciam o crescimento de estudos a respeito da temática da avaliação nos últimos dez anos e afirmam que, à medida que a educação infantil se integra aos sistemas de ensino e, conseqüentemente, às suas regulações, se intensifica a necessidade de “investimento em estudos sobre a interface entre avaliação, qualidade, proposta pedagógica e direito à educação das crianças pequenas” (MORO; SOUZA, 2014, p. 118).

Na processualidade do presente estudo, reconhecendo a necessidade de demarcação de limites para a busca pretendida, optamos por considerar as pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação, acessando as teses e dissertações defendidas entre 2014 e 2017 e disponíveis no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Diante da abrangência desse banco de dados, utilizamos como descritores “avaliação/educação infantil” e “qualidade/educação infantil”, de forma isolada ou articulados entre si, recorrendo ao mecanismo de localização do próprio *site*. Primeiramente localizamos a presença desses descritores nos títulos dos trabalhos disponíveis e, na seqüência, exploramos os resumos dos textos.

Inicialmente selecionamos 51 produções, sendo 36 dissertações e 15 teses. Após refinamento e delimitação dos trabalhos a partir de leitura atenta das palavras-chave, essas obras foram reduzidas para um total de 15 produções (9 dissertações e 6 teses). Com base na seleção desses 15 trabalhos, procedemos à leitura dos resumos e focalizamos os objetivos e resultados, bem como a fundamentação teórico-metodológica das pesquisas, realizando sua leitura na íntegra nos casos em que os resumos não informavam explicitamente os itens definidos. Nesse processo de leitura, selecionamos 8 trabalhos, sendo 4 dissertações e 4 teses.

No movimento de contato com os enunciados expressos sobre a avaliação institucional na educação infantil, buscamos encontrar, nos diferentes pontos de vista dos autores, algumas conexões percebidas “a partir do mesmo suporte material que os abriga, pela opção teórica manifesta, pelo tema que anuncia, pelo objetivo explicitado da pesquisa, pelo procedimento metodológico adotado pelo pesquisador” (FERREIRA, 2002, p. 266).

No sentido de captar as aproximações entre as 8 pesquisas selecionadas, para o escopo ampliado do estudo, elencamos duas categorias de análise, sendo a primeira relacionada aos objetivos definidos e às conclusões evidenciadas e a segunda direcionada à fundamentação teórico-metodológica das pesquisas. Nos limites desta produção, especialmente neste artigo, abordamos os objetivos e conclusões das pesquisas, compartilhando, na sequência, as compreensões assimiladas no diálogo com os autores.

3 Objetivos e resultados das pesquisas: a participação, a implementação e a formação em processos de avaliação institucional na educação infantil

Ao analisarmos as 8 pesquisas selecionadas, nos direcionamos às intencionalidades dos autores com os objetivos expressos, bem como aos indicadores de conclusões das pesquisas, marcando possibilidades de interlocução também com os resultados dos estudos. Nesse intento, evidenciamos que as aproximações entre esses trabalhos podem ser compreendidas a partir de três eixos de análise: a “participação” dos diferentes sujeitos envolvidos, as formas variadas de “implementação” de processos de avaliação e a inter-relação da avaliação institucional com processos de “formação”.

Como primeiro eixo, no que se refere à “participação” dos sujeitos envolvidos, duas pesquisas (TUSCHI, 2014; ALBUQUERQUE, 2016) buscam discutir esses movimentos enfatizando o tom coletivo necessário à avaliação institucional.

Focalizando as famílias das crianças, Tuschi (2014) acompanha o processo de construção da avaliação institucional participativa na educação infantil em um Centro de Educação Infantil da rede municipal de Campinas na intenção de analisar a participação das famílias nessa ação avaliativa. A pesquisa conclui que existe uma distância entre as formas de participação que a instituição escolar propõe e o que realmente as famílias podem cumprir, pois segundo a autora, pelas entrevistas, foi possível constatar que as famílias foram chamadas a participar depois que os profissionais decidiram o dia, horário e assuntos a serem trabalhados nas reuniões, inferindo que essa forma de organização pode ter impacto na ausência desse segmento durante a ação avaliativa.

Já Albuquerque (2016) realiza a pesquisa em três creches que receberam a “Premiação Anual da Qualidade” e busca conhecer o que os sujeitos (gestoras, professoras, agentes e responsáveis) envolvidos no processo educativo de crianças de zero a três anos pensam sobre qualidade da educação infantil. A autora assinala que na análise dos dados fica nítido que as concepções de qualidade expressas pelos diferentes sujeitos (gestoras, professores, agentes e responsáveis) se relacionam com o que está mais próximo a eles, destacando a ausência de articulações com políticas públicas.

Reunindo essas intenções de pesquisa e seus resultados, no que tange aos princípios de trabalho coletivo, concordamos que “a participação não é um conceito abstrato como um ‘direito’ ou um ‘dever’, mas é um compromisso entre pessoas, [...] ligada a precisos momentos de uma escola ou de um contexto educativo e a participantes concretos” (BONDIOLI, 2013, p. 41). Nessa perspectiva de ação compartilhada, situada social e historicamente, as pesquisas ressaltam que a avaliação institucional necessita da participação de todos os envolvidos para se concretizar.

Por isso, acreditamos em movimentos participativos fundamentados em processos de comunicação democráticos, que afirmam a possibilidade de emancipação dos parti-

cipantes de transformar as condições de sua realidade, que “[. . .] implica também ouvir meninos e meninas, sociedades de bairro, pais, mães, diretoras de escolas, delegados de ensino, professoras, supervisoras, comunidade científica, zeladores, merendeiras etc.” (FREIRE, 1991, p. 35). Assentes nesse pressuposto, afirmamos que as características de participação neste processo particularizam tanto os sentidos relativos aos diferentes sujeitos (crianças, famílias, docentes e demais profissionais), como os aspectos que repercutem no desenvolvimento do trabalho pedagógico e na representação desses impactos em termos de desafios e possibilidades da avaliação institucional.

Em relação ao segundo eixo de análise, quanto às formas variadas de “implementação” de processos de avaliação institucional, quatro estudos (MORAES, 2014; DAL COLETO, 2014; OLIVEIRA, 2014; PIMENTA, 2017) se direcionam a essa questão e descrevem detalhadamente a implementação de processos de avaliação institucional.

Visando investigar esse processo, Moraes (2014) focaliza experiências na educação infantil pública de Campinas, em possível aproximação com as políticas municipais. O autor demarca que a avaliação institucional tem seus limites e, embora reconheça suas contribuições para o avanço da qualidade, ela não pode ser tomada como a grande redentora da instituição de educação infantil.

Na defesa do direito à educação de qualidade, Dal Coletto (2014) realiza um estudo da avaliação da qualidade da educação infantil especificamente no atendimento às crianças de zero a três anos. Destaca em suas conclusões que a avaliação institucional constitui-se em instrumento potente para a melhoria da instituição, da atuação de seu coletivo e para o alcance da qualidade desejada.

A pesquisa de Oliveira (2014) se propõe a contribuir para o processo de construção da avaliação de uma instituição de educação infantil, desenvolvendo ações de formação e a própria ação avaliativa como possibilidade de avanços no planejamento das ações pedagógicas, da gestão e da participação. A análise dos resultados dessa pesquisa evidencia o interesse das famílias e profissionais da instituição, embora assinala que a autoavaliação não contou com a participação de todo o quadro de professores e funcionários. Dentre os 33 participantes, a maior quantidade foi de familiares, tendo em vista que apenas 6 eram profissionais da escola.

Com base em pesquisa acerca de processos avaliativos, realizada em 42 municípios paulistas, Pimenta (2017) busca analisar a implementação de iniciativas de diferentes processos avaliativos, tendo como finalidade evidenciar suas potencialidades para contribuir com a garantia do direito das crianças a uma educação infantil pública e de qualidade. Como uma das conclusões, a pesquisa constata a preponderância de processos avaliativos direcionados ao desenvolvimento e aprendizagem das crianças, com evidências de iniciativas de processos de autoavaliação institucional articulados com ações de avaliações externas.

No diálogo sob o ponto de vista da “implementação” da avaliação institucional na educação infantil, encontramos nesses textos elementos relativos à importância do acompanhamento do processo em seu desenvolvimento e à possibilidade de aproximação aos sujeitos que efetivamente desenvolvem o ato avaliativo e/ou dele participam quando se posicionam na perspectiva dos movimentos internos das instituições. As pesquisas assumem abordagens diferentes ao elencarem a questão da qualidade e a especificidade da creche (zero a três anos), a relação com políticas públicas municipais e a utilização de instrumentos específicos na avaliação.

Na interlocução entre as abordagens dessas pesquisas e a conjuntura atual, destacamos a proposta da Avaliação Nacional da Educação Infantil³ (ANEI), coordenada pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outros segmentos e em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014). Tendo em vista a compreensão de pesquisadores da área de que a avaliação da qualidade na educação infantil não deve se direcionar ao desempenho das crianças com base em instrumentos de testes padronizados, essa proposta buscava acompanhar a qualidade da oferta da educação para as crianças e possibilitar a realização de avaliação institucional.

No processo de regulamentação, a ANEI foi normatizada pela Portaria n.º 369 (BRASIL, 2016a), que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB). Essa normatização se manteve vigente apenas por três meses, quando foi revogada pela Portaria n.º 981 (BRASIL, 2016b). Como medida mais recente, destacamos o decreto n.º 9.432 (BRASIL, 2018), que regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica e em seu Art. 5º inclui, explicitamente, a educação infantil como integrante do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sem, contudo, explicitar como será desenvolvido esse processo. Desse modo, no campo das políticas públicas, permanece uma lacuna quanto à definição de instrumentos, metodologia e sistematização de um processo avaliativo em consonância com as especificidades da educação infantil.

Tendo como premissa uma concepção de sujeito ativo e situado social e historicamente, essas pesquisas nos alertam acerca da importância de considerar “[...] como a política é reinterpretada pelos profissionais que atuam no nível micro [...]” (MAINARDES, 2006, p. 60), levando em conta as vivências de docentes, demais profissionais do CMEI, familiares e crianças. Advogamos que esses sujeitos, longe de serem reduzidos a meros receptores das políticas públicas definidas em âmbito mais ampliado, configuram aqueles que efetivamente (ou não) colocam em prática as políticas educacionais, muitas vezes em situações de discordâncias e controvérsias.

Em continuidade aos diálogos com os autores focalizando os objetivos de suas pesquisas e os resultados alcançados, como terceiro eixo, tomamos a temática da “formação” docente presente em dois estudos (SOARES, 2014; VIEIRA, 2015).

Em sua pesquisa, Soares (2014) objetiva analisar a formação de estudantes dos cursos de Licenciaturas em Letras, Matemática e Pedagogia considerando os três níveis da avaliação – das aprendizagens, institucional e em larga escala –, analisando como os saberes construídos nos processos formativos repercutem na construção da prática avaliativa de professores em formação. Nas conclusões, a autora esclarece que a avaliação não pode ser concebida apenas como um resultado, e sim precisa ser vista como categoria integrante da formação, de modo a proporcionar aos sujeitos que dela participam reflexões mais significativas e vivências avaliativas diversificadas para que as considerem, posteriormente, como possibilidades em sua própria prática profissional.

A pesquisa de Vieira (2015) busca compreender as ressonâncias da avaliação institucional nos processos de formação continuada, considerando o cenário das políticas públicas educacionais. Os resultados indicam que a avaliação institucional marca um momento significativo de encontro entre as famílias, docentes e demais profissionais para avaliar a qualidade da educação infantil potencializando a interlocução do processo avaliativo com a formação continuada.

A análise destes textos nos convida a realçar a necessária articulação da avaliação institucional com a formação (inicial e continuada). Reconhecemos a formação inicial de

professores como um momento marcante da socialização e da configuração profissional, sendo mais do que um processo de aquisição de técnicas e conhecimentos (NÓVOA, 1992). O autor assinala que a forma como se delinea a construção da aprendizagem profissional em contexto de formação inicial de professores é primordial na definição do tipo de conhecimentos produzidos e (re)apropriados pelos estudantes, bem como a sua identidade enquanto profissionais.

Na dimensão da formação continuada, as práticas reconhecidas pelo coletivo das instituições de educação infantil como importantes e significativas podem compor o processo de avaliação institucional e ser compartilhadas em momentos de formação e nos encontros de planejamento, pois “o que dá sentido à formação é o diálogo entre os professores, a análise rigorosa das práticas e a procura *colectiva* das melhores formas de agir” (NÓVOA, 2011, p. 72, grifo no original).

No diálogo com os objetivos traçados e as conclusões das pesquisas selecionadas, demarcamos os indicadores de “participação, implementação e formação” assinalados, reconhecendo que os estudos não se restringem a esses eixos. Muitas são as possibilidades de outras interlocuções, uma vez que essas pesquisas integram o contexto social em meio aos impactos das políticas públicas e que, nos movimentos dialógicos que produzem, diferentes reações às políticas reguladoras de avaliação podem ser vivenciadas pelos sujeitos envolvidos, cabendo-nos compreender que

as políticas normalmente não nos dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas particulares ou efeitos são estabelecidos. Uma resposta ainda precisa ser construída no contexto, contraposta ou balanceada por outras expectativas. Tudo isso envolve algum tipo de ação social criativa (BALL, 2006, p. 26).

Sendo assim, no quadro de políticas regulatórias de avaliação e de formação que circundam também a educação infantil, assinalamos que essas diferentes respostas podem ser construídas nas instituições educativas por se configurarem como um *lócus* “[...] que reúne forças sociais que coletivamente precisam interrogar-se acerca dos sentidos do que fazem e do que elegem fazer, substituindo um fazer mecânico pelo intervir crítico e eticamente implicado” (MENDES et al., 2015, p. 1288). Essa constatação nos convida à continuidade dos diálogos sobre a avaliação institucional na educação infantil e ao acompanhamento da produção acadêmica. No propósito delineado para este texto, acentuamos, a seguir, algumas questões relevantes que se encontram em movimento com o estudo desenvolvido.

4 Debates em aberto

Na composição deste estudo, observando os objetivos propostos e as conclusões evidenciadas, as análises das 8 pesquisas indicam que a temática da avaliação institucional na educação infantil encontra-se presente na produção acadêmica, não em grande quantidade de trabalhos e sim em diversidade de perspectivas. Ao focalizarmos os três eixos relacionados à “participação, implementação e formação”, constatamos que as pesquisas selecionadas integram as movimentações do campo desta etapa educacional. Essas conexões abarcam a compreensão da avaliação institucional como evento complexo, a ênfase em seu caráter

coletivo, a interlocução com processos de formação inicial e continuada dos docentes e os impactos e repercussões no trabalho pedagógico. Desse modo, os enfoques dos pesquisadores que se dedicaram às investigações e estudos aqui compartilhados realçam também a necessidade de embasamento teórico da gestão e de valorização dos movimentos internos da instituição de educação infantil na dinâmica de avaliação institucional.

Reconhecemos que esse encontro com pesquisas disponíveis no banco de dados da Capes nos permitiu acessar uma amostragem importante das produções acadêmicas atuais relacionadas à temática em análise. Contudo, constatamos ser ainda bem reduzida essa quantidade se levarmos em consideração o conjunto de produção da área da educação, em especial da primeira etapa da educação básica. Nesse sentido, as pesquisas selecionadas para essa interlocução enunciam distintas perspectivas que se complementam, se inter-relacionam, abrindo possibilidades para múltiplos debates no sentido de fortalecer a ação avaliativa com foco na instituição de educação infantil. Tal aposta relaciona-se à defesa da participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo e à compreensão de que nosso ato responsável é anunciar essa possibilidade como forma de resistência ao avanço das avaliações de larga escala e às ameaças de adoção de testes padronizados direcionados, também, às crianças da educação infantil.

Portanto, é importante nos mantermos abertos à escuta de “contrapalavras”, entendendo que as tensões, concordâncias, discordâncias e outros movimentos dialógicos somente confirmam nossa necessidade de encontro com o outro. Desse modo, o cenário deste estudo nos impulsiona ao constante diálogo com as pesquisas, (re)acentuando nossos posicionamentos e compromissos com o campo da primeira etapa da educação básica e instando nossas reflexões à busca da completude sempre inconclusa e em constante renovação.

Notas:

- 1 Parte deste artigo compõe um trabalho apresentado em 2018 na 13ª Reunião Científica Regional Sudeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no Grupo de Trabalho “Educação de crianças de 0 a 6 anos” (GT07). Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/3/2725-TEXT0_PROPOSTA_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- 2 A pesquisa integra o conjunto de estudos do Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de educadores (GRUFAE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Link no Cnpq: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=6306517212901733>>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- 3 A pesquisa sobre a avaliação de contexto que possibilitou a elaboração da ANEI foi desenvolvida entre 2012 e 2015, por meio do Projeto de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o MEC, em parceria com UFMG, UFRJ, UDESC e UNIPV/Itália.

Referências

- ALBUQUERQUE, Liliane de Alcantara. *O discurso de gestores, professores e pais sobre a qualidade das creches municipais no Rio de Janeiro*. 2016. 183f. Dissertação (Mestrado em educação) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução de Michel Lhud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BALL, Stephen Joseph. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *Currículo sem Fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2013.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá et al. Avaliação na educação básica nos anos 90 segundo os periódicos acadêmicos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 49-88, nov. 2001.

BONDIOLI, Anna. A participação como objeto e estratégia de pesquisa. In: BONDIOLI, Anna; SÁVIO, Donatella (org.). *Participação e qualidade em educação da infância: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos*. Tradução de Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p. 159-170.

BRASIL. *Decreto Nº 9.432, de 29 de junho de 2018*. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9432.htm>. Acesso em: 19 jul. 2018.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

BRASIL. *Portaria n.º 981/2016*. Revoga a portaria n.º 369/2016. Brasília, 2016b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=47621-portaria-981-02set-pdf&category_slug=agosto-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. *Portaria n.º 369/2016*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB). Brasília, 2016a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=47621-portaria-981-02set-pdf&category_slug=agosto-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 nov. 2017.

CALDERÓN, Adolfo Inácio; BORGES, Regilson Maciel. Avaliação educacional: uma abordagem à luz das revistas científicas brasileiras. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, Madrid, v. 6, n. 1, p. 167-183, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://revistas.uam.es/index.php/rie/article/view/3849>>. Acesso em: 16 out. 2017.

CALDERÓN, Adolfo Inácio; POLTRONIERI, Heloísa. Avaliação da aprendizagem na Educação Básica: as pesquisas do estado da arte em questão (1980-2007). *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 13, p. 873-893, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/14808>>. Acesso em: 16 out. 2017.

DAL COLETO, Andrea Patapoff. *Percursos para a construção de indicadores da qualidade da educação infantil*. 284 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253907/1/DalColetto_AndreaPatapoff_D.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

GLAP, Graciele. *Avaliação na/da educação infantil: estado da arte 2000-2012*. 2013, 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal De Ponta Grossa. 2013. Disponível em: <<http://www3.uepg.br/geppea/2014/05/30/avaliacao-nada-educacao-infantil-estado-da-arte-2000-2012/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr.2006.

MENDES, Geisa et al. Autoavaliação como estratégia de resistência à avaliação externa ranqueadora. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1283-1298, dez., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1283.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

- MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de Avaliação da Educação Brasileira: limites e perspectivas. *Journal de Políticas Educacionais*, v. 10, n. 19, p. 77-90, jan/jun 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/50214/30869>>. Acesso em: 16 maio 2017.
- MORAES, Sandro Ricardo Coelho de. *Avaliação institucional na educação infantil de Campinas/SP: a experiência de três instituições públicas*. 259 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/254086>>. Acesso em: 14 out. 2017.
- MORO, Catarina de Souza; SOUZA, Gizele de. Produção acadêmica brasileira sobre avaliação em educação infantil: primeiras aproximações. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 100-125, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1928/1928.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- NÓVOA, A. Comunicação do representante da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação no XIII Congresso do MEM em Lisboa. In: VILHENA, G.; SOARES, J.; HENRIQUE, M. (Orgs.). *Nos 25 anos do Movimento da Escola Moderna Portuguesa*. Lisboa: MEM, 1992. Disponível em: <<http://www.movimentoescolamoderna.pt/associacao/opinioesacercado-meml>>. Acesso em: 6 jul. 2015.
- NÓVOA, António. *O regresso dos professores*. Pinhais: Melo, 2011.
- OLIVEIRA, Larissa Fernanda dos Santos. *A autoavaliação institucional na Escola Municipal Estudante Emmanuel Bezerra: construindo uma dinâmica de participação*. 189 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14587>>. Acesso em: 13 out. 2017.
- PIMENTA, Cláudia Oliveira. *Avaliações municipais da educação infantil: contribuições para a garantia do direito à educação das crianças brasileiras?* 2017. 652 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23082017-105049/pt-br.php>>. Acesso em: 19 out. 2017.
- SOARES, Silvia Lucia. *A avaliação para as aprendizagens, institucional e em larga escala em cursos de formação de professores: limites e possibilidades de interlocução*. 277 f. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/17738>>. Acesso em: 13 out. 2017.
- SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação da aprendizagem nas pesquisas no Brasil de 1930 a 1980. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 94, p. 43-49, ago. 1995.
- SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação da aprendizagem: análise de pesquisas produzidas no Brasil, no período 1980 a 1990. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 111-144, jan./jun. 1996.
- TUSCHI, Ana Paula Carra. *A participação das famílias no processo de avaliação institucional participativa na educação infantil*. 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/254129>>. Acesso em 28 out. 2017.
- VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. *Avaliação institucional na Educação Infantil: percursos formativos*. 254 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2464/1/tese_9022_Nilceia%20.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; CÔCO, Valdete. Educação Infantil e avaliação institucional: percursos e desafios. *Roteiro*, Joaçaba, p. 209-240, dez. 2018. Edição Especial. Disponível em: <<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/16474/pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

recebido em 31 jan. 2019 / aprovado em 26 fev. 2019

Para referenciar este texto:

VIEIRA, M. N. A.; CÔCO, V. Pesquisas da pós-graduação brasileira: diálogos com a avaliação institucional na educação infantil. *Dialogia*, São Paulo, n. 31, p. 91-100, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/Dialogia.n31.11471>>.